

**A Clericalização da Sociedade Medieval**

**Aparecida Marcianinha Pinto (Orientadora)-UEM**

**Sezinando Luiz Menezes (Orientador)- UEM**

**Silvia Eliane de Oliveira Basso- aluna do PPE-EM**

**Sueli Ribeiro Comar-aluna do PPE-UEM**

Ao nos propormos a estudar a Idade Média consideramos importante, antes de qualquer coisa, desmistificar alguns conceitos que levam o senso comum a identificar o termo “médio” e “feudal” com atraso, obscurantismo, anarquia, miséria e superstição.

Até o século XIX as análises sobre este período da história foram fortemente influenciadas pelos historiadores da arte com forte representação no movimento renascentista entre os séculos XIV e XVI. Credo que a humanidade havia então, presenciado dois grandes momentos de progresso: os tempos greco-romanos e as invenções da modernidade, este período de mil anos de história entre os mesmos, era tido como tão somente o meio, uma interrupção da genialidade humana – uma idade “média”. No século XX historiadores como Marc Bloch, Jacques Le Goff, George Duby passam a resgatar a conceituação do período medieval tendo como pressuposto o que ele realmente é: uma resposta às dificuldades, ansiedades e necessidades dos homens de uma determinada época e local. Le Goff<sup>1</sup> afirma que é nesse período que se originam elementos importantes da atualidade como a matriz de nossas redes urbanas, o sistema de ensino, incluindo o sistema universitário e até mesmo a maneira de nos enamorarmos e de formarmos a família.

O conceito de feudalismo já foi usado para analisar certas circunstâncias parecidas em outros lugares, mas nos referimos especificamente à essa forma de organização sócio-econômica circunscrita à Europa Ocidental entre os séculos V e XV, decorrente da queda do Império Romano do Ocidente e fruto de uma nova realidade.

Em sua gênese o feudalismo caracteriza-se pela ruralização da sociedade, enrijecimento da hierarquia social, fragmentação do poder central, desenvolvimento das relações de dependência pessoal, privatização da defesa, clericalização da sociedade e transformação da mentalidade. Cada um desses itens é palco para análise e discussões profundas. Sem deixarmos de falar sobre eles, posto que não se explicam por si só, abordaremos com especial enfoque a questão da clericalização da sociedade e a transformação de mentalidade que marca a transição da Antigüidade para medievalidade, tendo em vista a periodização eurocêntrica da história<sup>2</sup>.

Característica marcante do feudalismo, que se imprimia através da atuação da Igreja Católica na sociedade, como na magistratura, por exemplo, e pelo seu grande poder econômico, a clericalização da sociedade acentua uma outra forma de poder, tão forte quanto o político e o militar e, especificamente neste período, mais dominante e estável – o poder espiritual. É preciso, no entanto, deixar claro que este poder não se estabelece e se mantém por si só, que para atingir este campo da realidade humana passa-se por um contexto histórico denunciador de novas necessidades nas áreas da política, economia, enfim da produção da vida.

Eis o que buscamos responder: como a Igreja cristã estabeleceu este poder? Até que ponto pode ser apontado como expressão de mentalidade da Antigüidade para o medievo? Como uma doutrina pequena e insignificante na Palestina Antiga durante o domínio romano, pode alcançar tamanho significado e expressão para todo o mundo ocidental?

O Historiador Edward Mcnall Burns<sup>3</sup>, apresenta-nos o que considera características do cristianismo que o fizeram triunfar como religião oficial do Império Romano, dando-lhe caminho para a solidificação e monopólio espiritual na Idade Média. Primeiramente o caráter sintético do cristianismo, aglutinando elementos das mais diversas correntes religiosas antigas, é apontado como um dos fatores do sucesso cristão. Assim, por exemplo, a existência do Deus único judeu, a presença constante do bem e do mal e o juízo final do zoroastrismo (religião persa), a crença na revelação, do gnosticismo, são alguns elementos, que estando presentes na realidade dos povos antigos, davam ao cristianismo o elemento de identificação com vários deles. Um outro aspecto destacado por Burns é o direito de participação nos cultos que as mulheres não tinham em muitas das religiões antigas, e adquirem no cristianismo. Os quase cinquenta anos de perseguição romana também favoreceram a doutrina, já que seus mártires estavam prontos a morrer por suas convicções, dando força e coesão ao movimento. Um outro fator, bastante interessante é que, diferente da maioria das religiões, o cristianismo tinha como fundador uma figura histórica e não uma criatura

lendária e ininteligível. Outro fator preponderante foi a excepcional atração que o cristianismo exercia sobre os pobres e oprimidos, sempre exaltando os humildes e condenando a riqueza material.

Nesta perspectiva Le Goff (1980) apresenta a evolução da infra –estrutura do século IV, que levou o cristianismo ao primeiro plano da cena histórica:

Em princípios do século IV, o cristianismo estava sobretudo difundido nas classes urbanas médias e inferiores, enquanto quase não atingia as massas camponesas e a aristocracia. Ora a contracção econômica e o desenvolvimento da burocracia conduzem à promoção destas middle and lower urban classes, onde o cristianismo era já forte. Essa promoção leva a expansão cristã.  
(LE GOFF, 1990,P.209)

Sendo todos estes fatores apresentados, fortes explicações para a questão proposta sobre o triunfo do cristianismo, uma lacuna falta-nos ainda para entender este processo de monopolização. Se é fácil compreender a adesão da população pobre ao cristianismo, diante da crise generalizada do Império Romano a partir do século III, questão ainda que abordaremos um pouco mais, o que dizer da aristocracia romana, a classe dos patrícios?

Encontramos raciocínio e pesquisa coerente em historiadores como Cruz (1996), que estudando o processo de cristianização da sociedade tardo antigo romana<sup>4</sup> encontra na conversão das famílias senatoriais romanas, consideradas herdeiras da herança cultural romano-helenística e conservadores de um forte prestígio moral, um fator decisivo para a expansão do cristianismo. Para este autor, a inteligente e organizada atuação cristã, representada por São Jerônimo no século IV, era a responsável por esta façanha. O caminho foi apropriar-se dos valores e virtudes romanas – a chamada *fides* – disposição de compromisso, fidelidade às obrigações, concordância entre palavras e atos . O historiador helênico Políbio, citado por Cruz, define a *fides* romana assim: “[...] respeita o seu dever, pela própria fidelidade decorrente do seu juramento”. Na impossibilidade de heróis que lutem pelo sonho romano, posto que este já não é possível, surge a figura do herói cristão que se deixa imolar por Deus, concebido como bondade pura que deve ser buscada pelo homem fugindo do mal. A nosso ver essa caminhada foi iniciada por Paulo (Saulo de Tarso) ainda no século I, sendo este profundo conhecedor da *fides* por ser também um cidadão romano.

Todos estes argumentos levantados, somam-se à forte crise sofrida por uma população de milhões de pessoas que viviam uma época de incertezas, insegurança, medo. A condição humana passou a estar nas mãos de Deus e mesmo entre os pagãos era mais fácil crer em uma solução sobrenatural do que no mundo que os cercava. Considera-se que o próprio ceticismo favorecia a adoção do cristianismo pelos povos chamados bárbaros<sup>1</sup>.

Os textos escandinavos referem bastantes vezes verdadeiros descrentes. Com a continuação, este ceticismo grosseiro levaria menos à ausência, quase inconcebível, de qualquer fé, do que à adoção de uma nova fé. Finalmente, o próprio politeísmo abria um caminho fácil à mudança de obediência. Os espíritos que ignoram toda e qualquer crítica do testemunho não são nada propensos a negar o sobrenatural, venha donde vier. (MARC BLOCH, P.48)

Valendo-se desse contexto e do apoio estatal que liberou o culto cristão e mais tarde converteu o próprio cristianismo em religião legal do império<sup>5</sup>, os seguidores e pregadores passam a organizar e sistematizar cultos e cargos que sequer existiam no cristianismo primitivo – um bispo em cada cidade importante, grau de importância de acordo com a cidade, até o estabelecimento do papado no século V.

Diante da acentuada crise do império, marcada pelo enfraquecimento do exército, declínio da escravidão e invasões de povos bárbaros, as cidades tornam-se o epicentro desse “furacão” e o cristianismo é o único capaz de assegurar segurança e solidariedade. Tornara-se mais importante ser cristão que ser cidadão romano.

A ruralização é, nesse momento, a resposta às dificuldades impostas e à necessidade de produção da vida. O colonato – sistema em que os proprietários cediam lotes de terra em troca de parcela da produção, torna-se a solução eficaz para os proprietários diante da crise de escassez de mão-de-obra, para o Estado que garantia suas rendas fiscais e para os pobres por garantir estabilidade e segurança.

Eis o que a terra passa a representar: segurança e estabilidade e mais tarde riqueza e poder. Com a decadência do comércio e a desmonetarização, a terra é a forma de compromisso e recompensa por serviços. A base da produção da vida é a agricultura e a Igreja, detentora do monopólio da comunicação com Deus, passa a receber donativos (terra) que ampliam sua influência e acabam por torná-la uma grande fundiária, aproximando-a e identificando-a com o grupo dos aristocratas.

Estabelece-se então, uma hierarquia social<sup>6</sup> que será defendida pela própria Igreja, detentora agora de poderes políticos e econômicos ao lado da aristocracia, tendo na posse da terra sua sustentação. Portanto, havia no feudalismo um papel de primeira ordem a ser desempenhado pelo grupo eclesiástico. Como única instituição organizada depois da queda do império romano, tinha função unificadora naquela fragmentada realidade político-econômica, como também não fugia às características que se formavam no novo sistema: poder temporal ligado à fragmentação dos Estados, riqueza baseada na posse da terra e no trabalho dos servos e proteção dos bens por cavaleiros.

Assim vai se delineando a clericalização da sociedade, ou seja, a Igreja vai interferindo no cotidiano da ação dos homens e o que ocorre é que “na verdade, a sociedade feudal (agrária, militarista, localista, estratificada) era ao mesmo tempo uma sociedade clerical (controle eclesiástico sobre o tempo, as relações sociais, os valores culturais e mentais)<sup>7</sup>”. O tempo histórico é aquele que vai da Criação ao Juízo Final. O tempo natural (estações) lembra a onipotência de Deus deixando como única alternativa aos homens, a oração. O tempo político fixava a Paz de Deus e os períodos de combate e, por fim, o tempo pessoal era marcado pelo batismo, início da vida, e pela extrema-unção, decretação da morte.

Estabelecendo conceitos e verdades, interpretando acontecimentos e legislando normas sociais, o poder da religião infiltrava-se por vários canais, penetrando profundamente na consciência dos homens, como na prática individual da confissão, vulgarizada no século VIII.

Iniciada em um contexto de crise e dificuldades, a sociedade medieval-clerical, também enfrentou suas crises e pereceu por também não mais responder às novas necessidades humanas. Pois, assim, devemos concebê-la: nem trevosa, nem romântica, nem média, mas simplesmente, ou complexamente, histórica, porque construída pelos homens em suas relações.

Notas

---

<sup>1</sup> LE GOFF, Jacques. Reflexões sobre a história. Lisboa: Edições 70, 1986.

<sup>2</sup> A periodização eurocêntrica da história privilegia grandes acontecimentos com base na história da Europa para marcar períodos com suas respectivas características, gênese, auge e decadência. Assim temos a Idade Antiga a partir do aparecimento da escrita a mais ou menos 3.500 a . C até a Queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C. A Idade Média desta última data até a Queda do Império Romano do Oriente em 1453, A Idade Moderna desta data até a Revolução Francesa em 1789, começando aí a Idade Contemporânea, até os dias atuais.

<sup>3</sup> BURNS, Edward Mcnall. História da civilização ocidental; tradução de Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro. 27ª. Rio de Janeiro: Globo, 1985.

<sup>4</sup> Marcus Cruz faz esta abordagem em um artigo intitulado Virtudes Romanas e Valores Cristãos, a partir da perspectiva da Antigüidade Tardia de Peter Brown, período que vai da Crise do Império Romano ao século VIII e assenta as bases do que chamamos período medieval. Ver: .BROWN, Peter. Genèse de l'Antiquité Tardive. Paris: Gallimard, 1984.

<sup>5</sup> O Edito de Milão de 313, do imperador Constantino, liberou o culto cristão e foi o argumento usado séculos depois pela Igreja, que afirmava que o próprio imperador havia se convertido e dado amplos poderes sobre a parte ocidental do império antes de sua mudança para Constantinopla. Em 395 o imperador Teodósio estabelece o cristianismo como única religião legal do império através do Edito de Tessalônica.

<sup>6</sup> A Igreja idealizou uma representação da sociedade tripartida nas palavras do bispo Adalberon de Laon, do século XI: “A casa de Deus que parece una é, portanto, tripla: uns rezam, uns combatem e outros trabalham. Todos os três formam um conjunto e não se separam: a obra de uns permite o trabalho dos outros dois e cada qual por sua vez presta seu apoio aos outros”. Citado por FRANCO JR., Hilário. O Feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1985. É claro que a sustentação da sociedade estava nos servos, no entanto, era preciso justificar a posse da terra e o poder dos outros estamentos.

<sup>7</sup> Ibid., p.57